

F · Ó · R · U · M

Revista da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro | nº 77 | ano 24 | dezembro de 2024

MOBILIZAÇÃO NO PARLAMENTO AMAERJ e demais associações atuam em defesa das carreiras jurídicas



Presidente Eunice Haddad e dirigentes associativos reunidos com líderes da Câmara dos Deputados

Desembargadores elegem os integrantes da Administração do Tribunal de Justiça

Associação entrega o 13º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos

Magistrados e familiares participarão dos Jogos Nacionais em abril

Associado, conheça os convênios que a AMAERJ mantém.

Nas instituições conveniadas você tem direito a descontos e promoções.

APROVEITE!



Saiba mais sobre os convênios da AMAERJ na pág. 31

www.amaerj.org.br

**EUNICE BITENCOURT HADDAD**

Presidente da AMAERJ

Caros colegas,

O ano de 2024 foi de muito trabalho na interlocução com o Poder Legislativo. Como presidente da AMAERJ e vice-presidente de Assuntos Legislativos da AMB, me reuni com parlamentares de vários estados e partidos para tratar das prerrogativas e pautas remuneratórias da Magistratura.

Obtivemos importante vitória na Proposta de Emenda à Constituição 66/2023 após dialogarmos com o relator e dezenas de deputados. A atuação conjunta de associações das carreiras jurídicas resultou, em outubro, na retirada integral do artigo que obrigava os estados a adotarem as mesmas regras da Reforma da Previdência federal.

Os impactos da PEC 45/2024 também foram abordados pelas associações em mobilização no Congresso Nacional, em dezembro. Participamos de inúmeras reuniões com o relator da proposta e líderes partidários para defender o funcionalismo público.

No nosso Tribunal, foram eleitos os integrantes dos cargos diretivos para o biênio 2025/2026. Parabéns os futuros membros da Administração. Tenho absoluta certeza de que o Poder Judiciário fluminense será muito bem conduzido. A AMAERJ seguirá atuando institucionalmente em harmonia com a Administração para fortalecer o Judiciário e a Magistratura do Rio de Janeiro, referências para todo o país.

Aproveito para agradecer aos desembargadores Ricardo Cardozo e Marcus Basílio pelo diálogo aberto com a Associação no período em que conduziram a Presidência do Tribunal e a Corregedoria. Registro aqui o reconhecimento da classe ao trabalho exercido nos últimos dois anos.

No fim do ano, realizamos as tradicionais confraternizações de fim de ano da AMAERJ e das Regionais, que reuniram colegas de todo o estado. Que sigamos assim, felizes e unidos.

Desejo a todos um 2025 de muito mais congraçamento, alegria, saúde e realizações!

DIRETORIA EXECUTIVA



PRESIDENTE
Eunice Bitencourt Haddad



1º VICE-PRESIDENTE
Ricardo Alberto Pereira



2º VICE-PRESIDENTE
Antonio Aurélio Abi Ramia Duarte



SECRETÁRIO-GERAL
Richard Robert Fairclough



1º SECRETÁRIO
João Felipe Nunes Mourão



2ª SECRETÁRIA
Ana Paula Nicolau Cabo



1ª TESOUREIRA
Marcia Alves Succi



2ª TESOUREIRA
Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto



EXPEDIENTE

Fórum AMAERJ

EDITOR
Diego Carvalho

REDAÇÃO
Diego Carvalho
Camilla Alcântara
Luelly Valle (estagiária)

**PROJETO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO**
Wallace Ferreira

CONTATO
revista@amaerj.org.br

IMPRESSÃO
Gráfica Mec

SEDE DA AMAERJ

Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
CEP 20010-090
Tel.: (21) 3133-2315

Sumário

Fórum | nº 77 | ano 24 | dezembro de 2024

**3. MENSAGEM
DA PRESIDENTE**

**4. DIRETORIA E
EXPEDIENTE**

**16. CEDAE POR
ELAS**

**18. IMAGENS DA
FÓRUM**

**20. PALAVRAS
AO VENTO**

**28. AMAERJ
DISPUTARÁ
JOGOS NACIONAIS
DA MAGISTRATURA
EM MACEIÓ**

30. ESTANTE



6

**TRABALHO ASSOCIATIVO
PERMANENTE NO
CONGRESSO NACIONAL**



12

**DESEMBARGADOR
RICARDO COUTO
ASSUMIRÁ A PRESIDÊNCIA
DO TJ EM FEVEREIRO**



22

**13º PRÊMIO AMAERJ
PATRÍCIA ACIOLI DE
DIREITOS HUMANOS**



Presidente Eunice Haddad e líderes associativos das carreiras jurídicas com o relator da PEC 66, deputado Darci de Matos

Trabalho associativo permanente no Congresso Nacional

AMAERJ e associações das carreiras jurídicas evidenciam impactos de PECs em interlocução com parlamentares

Diego Carvalho

Ao longo de 2024, as associações das carreiras jurídicas de todo o país atuaram conjuntamente em diversas pautas legislativas. As prerrogativas dos membros do Sistema de Justiça e do fun-

cionalismo público foram defendidas veementemente pela AMAERJ e pelas demais instituições em inúmeras reuniões com parlamentares nos gabinetes, plenários e corredores do

Congresso Nacional, na capital federal. A mobilização associativa na Câmara e no Senado teve destaque na discussão de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs): 66/2023 e 45/2024.



Encontro com o relator da PEC 45, deputado Moses Rodrigues, reuniu presidente Eunice Haddad e dirigentes associativos

A PEC 45 foi enviada em dezembro pelo Poder Executivo federal à Câmara dos Deputados como um pacote de ajuste fiscal. Desde a apresentação do texto, a juíza Eunice Haddad, presidente da AMAERJ e vice-presidente de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), tratou dos impactos da proposta com deputados de diferentes partidos e estados, entre eles o relator da PEC, deputado Moses Rodrigues (União-CE).

“Frisamos para os parlamentares que a PEC 45 atinge todo o funcionalismo público,

e não apenas as carreiras jurídicas. Foram reuniões muito produtivas para ampliar o diálogo sobre a proposta”, afirmou a juíza Eunice Haddad.

Nas reuniões, a magistrada esteve acompanhada de líderes associativos da Magistratura de várias regiões e de outras carreiras.



Líderes associativos na sessão da Comissão de Constituição e Justiça



Em nova reunião com o relator da PEC 45, representantes da Magistratura ressaltaram impactos da proposta



Interlocução dos dirigentes das associações com os parlamentares também ocorreu no plenário da Câmara



Reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público na sede da AMB, em Brasília

O tema foi discutido, também, em encontros da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), na sede da AMB. O trabalho das associações em defesa do funcionalismo público resultou na alteração do texto da PEC. Com a nova redação, a proposta foi aprovada em 20 de dezembro nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.



Líderes associativos reunidos após a votação da PEC no Senado Federal

Conquista associativa

Em uma vitória do movimento associativo, a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara retirou integralmente da PEC nº 66/2023, em 29 de outubro, o artigo que obrigava os estados a adotarem as mesmas regras da Reforma da Previdência federal.

Na ocasião, a presidente Eunice Haddad entregou notas técnicas e discutiu o texto da PEC com deputados, entre eles Darci de Mattos (PSD-SC), relator da PEC; Chris Tonietto (PL-RJ), vice-presidente da CCJC; Doutor Luizinho (PP-RJ), líder do Partido Progressistas na Câmara.



Reunião com a presidente da CCJC, deputada Caroline de Toni

Após a supressão do artigo inconstitucional, a PEC 66 foi aprovada pela CCJC. Os representantes das associações acompanharam a votação no plenário da Comissão. “Esse resultado mostra a força do associativismo e da atuação conjunta das associa-

ções do Sistema de Justiça. O artigo que foi retirado era inconstitucional, violava o pacto federativo. Conseguimos mostrar para os deputados que essa proposta era prejudicial ao funcionalismo público”, disse a presidente da AMAERJ, juíza Eunice Haddad.



Dirigentes das associações das carreiras jurídicas reunidos com o deputado Doutor Luizinho





Presidente Eunice Haddad com integrantes da Administração eleita após o anúncio do resultado da votação

Desembargador Ricardo Couto assumirá a Presidência do TJ em fevereiro

Nova Administração conduzirá o Tribunal no biênio 2025/2026

Diego Carvalho

O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) elegeu, em 25 de novembro, os integrantes da Administração da Corte para o biênio 2025/2026. A cerimônia de posse acontecerá em 7 de fevereiro. A presidente Eunice Haddad e dirigentes da AMAERJ acompanharam a votação no Plenário Ministro Waldemar Zveiter.



Dirigentes da AMAERJ acompanharam a sessão do Tribunal Pleno do TJ-RJ



Magistrado há 32 anos, o desembargador Ricardo Couto de Castro será o novo presidente do Poder Judiciário fluminense. Atual presi-

dente da Mútua dos Magistrados, ele recebeu 116 votos contra 65 do desembargador Luiz Zveiter. “Agradeço a confiança depositada pelo Pleno à minha pessoa e me comprometo a fazer uma grande gestão, ouvindo a todos. Parabéns ao meu querido colega Luiz Zveiter, nosso decano”, disse o presidente eleito do TJ-RJ ao discursar após o anúncio do resultado.

O magistrado Ricardo Couto é desembargador desde

2008 e atua na 4ª Câmara de Direito Público.

Nascido no Rio de Janeiro, formou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1987. É pós-graduado pela Universidade de Coimbra (Portugal), professor palestrante e coordenador acadêmico de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e professor da Fundação Getúlio Vargas.



Desembargadores puderam participar da votação presencialmente no plenário ou de forma remota



A Corregedoria-Geral da Justiça será conduzida pelo desembargador Claudio Brandão de Oliveira. Ex-pre-

sidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), o magistrado foi eleito com 129 votos, no 2º escrutínio.

Também concorriam ao cargo de corregedor os desembargadores Benedicto Abicair (55 votos no 2º escrutínio), Cezar Augusto Costa (26 votos no 1º escrutínio), Camilo Rulière (19 votos no 1º escrutínio) e Adriano Celso Guimarães (15 votos no 1º escrutínio).

“Gostaria de agradecer ao Pleno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pela escolha do meu nome e reafirmo o meu compromisso de campanha que será o compromisso do futuro corregedor: de zelar ao máximo pelas garantias constitucionais da Magistratura”, afirmou Claudio Brandão, que é magistrado desde 1992. Promovido a desembargador em 2009, atua na 4ª Câmara de Direito Público.

Vice-Presidências e EMERJ

Foram escolhidos vice-presidentes do TJ-RJ os desembargadores Suely Lopes Magalhães, Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes e Heleno Ribeiro Pereira Nunes.



A 1ª Vice-Presidência será conduzida pela desembargadora Suely Magalhães, atual 2ª vice-presidente do TJ. A magistrada derrotou o desembargador Mauro Dickstein (93 votos a 92 no 1º escrutínio e 97 a 88 no 2º).



A desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes será a 2ª vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Candidata única, a magistrada foi eleita com 161 votos.



O 3º vice-presidente será o desembargador Heleno Pereira Nunes. Com 126 votos, o magistrado venceu o desembargador Rogerio de Oliveira Souza, que teve 54 votos.



Para a Diretoria-Geral da EMERJ foi eleito o desembargador Cláudio Luís Braga

Dell'Orto, com 127 votos.

O magistrado já presidiu a AMAERJ em duas gestões (2006/2007 e 2012/2013) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) em 2021.

Atual vice-presidente do Conselho Consultivo da EMERJ, o magistrado derrotou os desembargadores Fabio Dutra (38 votos) e Inês da Trindade Chaves de Melo (19 votos).

Em discurso, o diretor-geral eleito agradeceu aos colegas pela confiança. “Vamos trabalhar muito para que a nossa EMERJ continue sendo a melhor Escola de Magistratura do Brasil. A Escola é o espaço de todos e todas, e queremos construir, realmente, esse lugar de divulgação do conhecimento e da aplicação do conhecimento para a melhoria do Poder Judiciário”, declarou.



Helena Pereira Nunes, Cláudio Dell'Orto, Suely Magalhães, Ricardo Couto, Maria Angélica Guedes e Claudio Brandão



Cedae por Elas: programa de equidade de gênero transforma o ambiente corporativo

Iniciativa já beneficiou mais de 700 colaboradoras da Cedae

Apoio, bem-estar e empoderamento. Lançado em 2023, o programa “Cedae Por Elas” visa fortalecer a saúde integral da mulher, apoiar a maternidade e fomentar a diversidade no ambiente corporativo. A iniciativa, desenvolvida pelo Grupo de Trabalho das Mulheres da Cedae, oferece às colaboradoras acolhimento, suporte especializado e espaço de diálogo.

Ao todo, são três unidades do “Cedae Por Elas” já inauguradas: no edifício-sede da Companhia, na Cidade Nova; no Laboratório de Controle de Qualidade da Água, na Tijuca; e na Estação de Tratamento de Água (ETA) Laranjal, em São Gonçalo. As salas são compostas por lactários adequados aos critérios sanitários para coleta e armazenamento do leite, além de ambientes des-

tinados para atendimentos individuais com psicólogo, nutricionista e assistente social. Em um ano de funcionamento, mais de 700 colaboradoras foram impactadas diretamente pelo suporte às mães lactantes ou pelo acompanhamento psicossocial e de saúde integral.

“É um espaço vivo, sensível e acolhedor, preocupado com o regresso da

da colaboradora ao seu ambiente de trabalho após a licença maternidade, momento marcado pela conciliação entre cuidado, responsabilidades, angústias, cansaço e muito afeto. A Cedae planeja inaugurar, ainda este ano, a unidade na Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu, em Nova Iguaçu', destaca Verônica Cristina, Coordenadora do programa "Cedae Por Elas".



A sala de amamentação, parte essencial da iniciativa, garante às mães um local adequado para realizar a extração e o armazenamento do leite durante o expediente. O intuito é viabilizar a manutenção do aleitamento após a licença-maternidade. Daniela Antunes, técnica de laboratório e mãe de duas filhas, compartilha como esse apoio tem sido fundamental.

"Apesar da rotina corrida, eu consigo, uma vez por dia, fazer uma extração suficiente para suprir as necessidades da minha filha. A maternidade é difícil, mas também é uma coisa muito boa, porque ela te transforma. Não tem nada no mundo que te pague como um filho sorrindo para você", conta.

Da água ao leite

Atualmente, entre gestantes e lactantes, o programa acompanha 43 colaboradoras de diferentes áreas da Companhia.

Desde o lançamento, já foram ordenhados mais de 60 litros de leite materno nas salas do "Cedae Por Elas", e mais de 10 litros doados para o Instituto Fernandes Figueira, centro de referência nacional em saúde materno-infantil, e outras maternidades públicas. As salas de amamentação da Companhia receberam a certificação "Salas de Apoio à Mulher Trabalhadora que Amamenta", por estarem em conformidade com os critérios sanitários estabelecidos pelo Ministério da Saúde.



O Cedae Por Elas está disponível para todas as colaboradoras da Companhia, inclusive extraquadros, terceirizadas, estagiárias, jovens aprendizes e mulheres em privação de liberdade que participam do Replantando Vida, programa socioambiental da companhia. Também atende moradoras das comunidades do entorno da sede da Cedae em situação de vulnerabilidade

social. Esta etapa, chamada Cedae Por Elas no território, é realizada em parceria com outros órgãos públicos, em especial, a Secretaria de Estado da Mulher, e inclui atividades adicionais como workshops, feiras de economia solidária e criativa, atividades culturais, apoio à qualificação profissional, entre outras.



Mulheres no centro das decisões

O "Cedae por Elas" foi desenvolvido a partir de um diagnóstico realizado por colaboradoras de diversos setores da Companhia, como uma resposta estratégica ao perfil predominantemente masculino da empresa. Dentre as outras ações de destaque, está a implementação de um curso de liderança feminina, que tem como objetivo capacitar mulheres para ocuparem cargos estratégicos. A Companhia também adotou políticas rigorosas de combate ao assédio e à violência. Outra medida foi a criação da Comissão Permanente de Diversidade e Gênero, que reforça o compromisso com a promoção de um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo, ampliando a representação feminina e contribuindo para o avanço das pautas sociais dentro da empresa.



A Confraternização de Fim de Ano da AMAERJ reuniu cerca de 250 pessoas, entre integrantes da Administração do TJ-RJ, magistrados de diferentes regiões, autoridades e familiares.



O encontro, realizado em 30 de novembro, celebrou o conagraçamento de colegas de várias gerações e a união da Magistratura fluminense.



“São mais de três décadas de trabalho pela união e valorização da Magistratura. A AMAERJ garantiu importantes vitórias, mostrando que o associativismo é fundamental para fortalecer o Poder Judiciário e a carreira. Agradeço a todos que se dedicaram e continuam participando do movimento associativo.”

Juíza Eunice Haddad, presidente da AMAERJ, ao celebrar o 33º aniversário da Associação, em novembro

“O desembargador Antônio Boente foi um grande magistrado. Tinha uma liderança muito forte no Tribunal. É importante deixar a marca de sua trajetória neste Fórum, onde foi um brilhante juiz criminal.”

Desembargador Ricardo Cardozo, presidente do TJ-RJ, na cerimônia de nomeação do Fórum Central Desembargador Antônio Jayme Boente, em dezembro



"Os juízes brasileiros julgam mais de 2 mil processos por ano cada um. Gostaria de cumprimentar e agradecer aos 18 mil juízes, que, na sua quase totalidade, trabalham com grande dedicação e grande produtividade."

Ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF e do CNJ



“Os cidadãos brasileiros colocam nas nossas mãos 83 milhões de processos para julgar. O primeiro motivo disso é a confiança do cidadão brasileiro no seu Poder Judiciário. Nós temos juízes extraordinários.”

Ministro Mauro Campbell, corregedor nacional de Justiça, durante encontro com magistrados do Rio, em outubro

"A Justiça por vezes é lenta, é cega, é burra, é injusta, é errada, é torta, mas ela chega. A Justiça chega mesmo para aqueles que, como os acusados, acham que jamais vão ser atingidos pela Justiça."



Juíza Lúcia Glioche, do 4º Tribunal do Júri do TJ-RJ, no julgamento dos condenados pela morte de Marielle Franco e Anderson Gomes

"Estejam cientes de que poderão sempre contar comigo para o fortalecimento da Magistratura, trabalhando, junto com a AMAERJ, para que suas prerrogativas e direitos estejam sempre à altura dos esforços exigidos daqueles que integram a carreira."

Desembargador Ricardo Couto, presidente eleito do TJ-RJ





Magistrados e vencedores do 13º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos no plenário do Tribunal

Associação celebra legado da juíza Patrícia Acioli e vencedores do Prêmio

Prêmio exalta direitos humanos em solenidade com magistrados, parlamentares, profissionais do Direito e sociedade civil

Camilla Alcântara

Juíza reconhecida pela defesa da dignidade humana, Patrícia Acioli (1964-2011) teve seu legado honrado na cerimônia de entrega da 13ª edição do Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, em 7 de novembro. Ao discursar, a presidente da Associação, juíza Eunice Haddad, ressaltou que a sau-

dosa magistrada era abnegada e corajosa.

“Há 13 anos, a Magistratura brasileira viveu um dos seus dias mais tristes. Nos 18 anos em que Patrícia exerceu a Magistratura, atuou na defesa do bem comum e da justiça. Não temos mais a Patrícia desde 2011, mas o seu

exemplo será sempre lembrado e destacado. Esse Prêmio é uma homenagem ao seu eterno legado”, disse.

A solenidade de premiação contou com a presença de desembargadores, juízes, parlamentares, representantes do Ministério Público e da Defensoria, advogados,

jornalistas, professores, líderes de movimentos sociais, estudantes e familiares da juíza Patrícia Acioli.

Esta edição teve recorde de inscrições, com 545 trabalhos enviados para análise da Comissão Julgadora. A presidente Eunice Haddad destacou que a premiação reafirma a importância da garantia dos direitos humanos.

“É com orgulho que realizamos o Prêmio, que destaca ações em prol da defesa da dig-

nidade humana. A AMAERJ traz visibilidade e incentiva práticas inspiradoras que fazem a diferença para a sociedade. A realização contínua do Prêmio e a atuação da Magistratura do Rio, por meio de decisões judiciais, projetos e ações, ressaltam o comprometimento do Judiciário fluminense para assegurar a cidadania, os direitos fundamentais e o Estado Democrático de Direito”, afirmou.

Compuseram a mesa de autoridades da cerimônia, no

Plenário Ministro Waldemar Zveiter, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), os desembargadores Caetano da Fonseca Costa, 1º vice-presidente do TJ, e Guilherme Calmon, presidente do TRF-2; a 2ª vice-presidente da Alerj, deputada Tia Ju; a subprocuradora-geral de Justiça de Planejamento Institucional do MPRJ, Ediléia Cesario; a procuradora do Estado Fernanda Hack; e as juízas Mirela Erbisti e Márcia Succi, integrantes da Comissão Organizadora do Prêmio.



Presidente Eunice Haddad destacou que a premiação reafirma a importância da garantia dos direitos humanos



Solenidade de premiação foi realizada no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, do Tribunal de Justiça do Rio

O desembargador Caetano da Fonseca Costa representou o TJ-RJ na cerimônia. “Esse é um momento emocionante. O exemplo de Patrícia nos dá esperança de ter outros seres humanos como ela, comprometidos com a efetividade dos direitos humanos. Sem esperança não chegamos a lugar nenhum. E nos faz ter esperança os projetos aqui apresentados. Parabéns a nossa Associação por esse Prêmio.”



Troféus da 13ª edição do Prêmio

Os troféus do 13º Prêmio foram idealizados pela juíza Mirela Erbisti, que gentilmente pensou na escultura para os vencedores. A magistrada falou sobre a criação da obra.

“Vemos aqui, há treze edições, uma ebulição de ideias inclusivas e a disseminação da esperança. Os projetos apresentados sempre nos inspiram a fazer mais e melhor. Como o Prêmio é organizado por uma associação de magistrados, profundamente enraizada no ideal de justiça, parti inicialmente da figura clássica da Deusa

Themis. Só que fiz algumas alterações simbólicas. Que esse troféu possa inspirar novas ações afirmativas e transformativas, como os projetos finalistas que inspirarão a todos nós nesta noite, e que a deusa da Justiça nos instigue a buscar uma versão mais humana de nós mesmos”, frisou a magistrada do TJ-RJ.

O jornalista Vinícius Dônola foi o mestre de cerimônias do evento. Houve apresentação de Samya Abreu (14 anos), declamadora, poetisa, nordestina e defensora de causas sociais, de Maranguape, Região Metropolitana de Fortaleza (CE).

Premiados

Antes do anúncio dos vencedores, o primeiro troféu foi concedido aos familiares da juíza Patrícia Acioli. Os juízes Daniel Konder, Márcia Succi e Mirela Erbisti entregaram a escultura para o ex-marido da magistrada, Wilson Júnior, e as filhas Ana Clara Acioli e Maria Eduarda Acioli.

A ganhadora na categoria Trabalhos dos Magistrados foi a juíza Gleide Bispo Santos, do TJ-MT, com o projeto Semana de Conscientização da “Entrega Legal”. “Para mim, é uma honra muito grande receber este prêmio porque diz respeito a uma homenagem a uma pessoa que dedicou a sua vida pelos direitos humanos”, disse.

O repórter Luís Henrique Adorno, do portal UOL, venceu na categoria Reportagens Jornalísticas. “Para mim é uma emoção muito grande receber um prêmio tão



Dirigentes da AMAERJ homenageiam familiares da juíza Patrícia Acioli

importante como este, porque eu lembro tudo o que eu fiz para chegar até aqui.” Campeão em Trabalhos Acadêmicos, João Marcel Guerra agradeceu a AMAERJ pela iniciativa e “por valorizar a produção científica brasileira”. Vencedor em Práticas Humanísticas, Diego Alex Martins se disse “muito emocionado, feliz e grato”.

Prêmio

Criado em 2012, o Prêmio homenageia a memória da juíza Patrícia Acioli, morta por policiais militares em 2011, quando era titular da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo. A premiação tem o objetivo de identificar, disseminar e estimular as ações em defesa dos direitos humanos, dando visibilidade a práticas e trabalhos na área.

O Prêmio tem apoio do TJ-RJ e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Os patrocinadores são o Bradesco, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Multiplan, o cartório Quinze, a Prefeitura do Rio, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae).



Evento reuniu profissionais do Direito, jornalistas e líderes de movimentos sociais



• Vencedores •

Trabalhos dos Magistrados

1º “Semana de Conscientização da ‘Entrega Legal’”

Autora: Gleide Bispo Santos, juíza do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT)

2º “Protocolo Eu Te Vejo”

Autora: Vanessa de Oliveira Cavalieri, juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ)

3º “Projeto ‘Semeando o Futuro’”

Autora: Noeli Salete Tavares Reback, juíza do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR)

Trabalhos Acadêmicos

1º “Chacina de Baião: Vidas (e mortes) camponesas importam”

Autor: João Marcel Evaristo Guerra

2º “A logística humanitária como garantia dos direitos fundamentais: Uma análise teórico prática no caso das enchentes do Rio Grande do Sul”

Autora: Ana Clara Fonseca Guilherme

3º “Direitos humanos e cidadania: O caso dos migrantes venezuelanos em Roraima”

Autora: Maria das Graças Santos Dias

 **Menção Honrosa - “Quem olhará para os condenados do inferno? Aplicação do cômputo em dobro do período de privação de liberdade executado em condições ilícitas”**

Autor: Edivan Nascimento Pereira

 **Menção Honrosa - “A luta política do coletivo Por Elas Empoderadas entre os anos 2019-2022”**

Autora: Natalia Pires Santos

Práticas Humanísticas

1º “Futuro Brillhante”

Autor: Diego Alex de Matos Martins

2º “AMAR: A luta das mães e familiares na defesa de direitos de adolescentes no socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro”

Autora: Valéria Gomes de Oliveira

3º “Você repórter da periferia”

Autora: Thais Alves Siqueira

Menção Honrosa - “Círculos restaurativos com homens no contexto da Lei Maria da Penha”

Autor: Leandro Uchoas Ribeiro

Menção Honrosa - “Rede Baixada Literária - Literatura como direito humano”

Autora: Mônica da Silva Verdum

Reportagens Jornalísticas

1º “Por trás das câmeras: PM executou, torturou e forjou provas em ação no Guarujá”

Autor: Luís Henrique Vieira Adorno (UOL)

2º “Fotos e vídeos de crianças são roubados das redes para alimentar mercado criminoso”

Autora: Monica Teixeira Marques (Fantástico - TV Globo)

3º “Cercos às aldeias”

Autor: Vinicius Sassine (Jornal Folha de S.Paulo)

Menção Honrosa - “Filhos do Açaí”

Autora: Mariana da Cunha Soares (Record TV - PlayPlus)

Menção Honrosa - “‘De toda cor’: Os desafios para pessoas trans e o mercado de trabalho”

Autor: Lucas Willian Soares Machado (Globonews)

APOIO:



PATROCÍNIOS:





Parte da delegação da AMAERJ campeã dos Jogos Nacionais da Magistratura em 2023, na cidade de Goiânia

AMAERJ disputará Jogos Nacionais da Magistratura em Maceió

Magistrados e familiares poderão participar; integre a delegação do Rio

Diego Carvalho

Atual campeã dos Jogos Nacionais da Magistratura, a AMAERJ formará uma grande delegação para participar da próxima edição, em Maceió (Alagoas). O maior evento esportivo da classe acontecerá de 29 de abril a 3 de maio de 2025. Poderão

disputar a competição os magistrados associados à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), cônjuges, companheiros, filhos e ascendentes.

Os associados da AMAERJ terão desconto especial no

de passagens aéreas e hospedagem. Os interessados em integrar a delegação do Rio de Janeiro e garantir o benefício devem entrar em contato com a Associação até 31 de janeiro por meio do WhatsApp (21) 97030-1924.

A juíza Eunice Haddad, presidente da AMAERJ, convida os associados e destaca a importância do evento para o conagraçamento da classe. “O esporte aproxima, possibilita o encontro dos colegas em momentos de descontração. Os Jogos Nacionais serão mais uma oportunidade de estarmos juntos, confraternizando com magistrados do Rio e de outros estados, ressaltando a união da classe. Convido todos a participar”, afirmou a

magistrada. O diretor de Desportos da Associação, juiz Ricardo Starling, resalta que não é necessário ser atleta para participar dos Jogos.

Serão disputadas 13 modalidades esportivas: atletismo, basquete, beach tennis, futsal, natação, pebolim, sinuca, tênis, tênis de mesa, tiro esportivo, vôlei, vôlei de praia e xadrez. Em 2023, a delegação do Rio foi integrada por mais de 40 magistrados e familiares, em Goiânia. A AMAERJ sagrou-se campeã dos Jogos ao con-

quistar 58 medalhas (29 ouros, 17 pratas e 12 bronzes).

Inscrições

O primeiro lote de inscrições estará no site oficial dos Jogos Nacionais da Magistratura até 11 de fevereiro de 2025. O segundo e último lote ficará aberto de 12 de fevereiro a 18 de abril de 2025. Os Jogos visam incentivar a prática de esportes, celebrar o espírito de união da Magistratura brasileira e preservar a saúde física e mental dos associados e familiares. Participe!

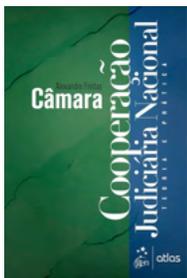


Luelly Valle

**IMPEACHMENT DE GOVERNADOR DE ESTADO: a formação do Tribunal Misto**

A obra, escrita pelo desembargador **Cláudio Mello Tavares** e pelo juiz **Fábio Ribeiro Porto**, aborda as perspectivas da responsabilidade política do chefe do Poder Executivo estadual e analisa o Projeto de Lei nº 1.388/23, que dispõe sobre crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento. Em 2020, foi inédita a formação do Tribunal Misto, com magistrados e deputados do Rio. Realizado no TJ-RJ, o julgamento foi histórico e começou a ser presidido pelo desembargador Claudio Mello Tavares, então presidente da Corte.

Editora: GZ

**COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL: Teoria e Prática**

De autoria do desembargador **Alexandre Freitas Câmara**, o livro é fruto de uma pesquisa teórica aliada à experiência prática na área da cooperação judiciária. O magistrado, presidente do Núcleo de Cooperação Judiciária do TJ-RJ (NUCCOP), escreve sobre o novo paradigma da eficiência do Judiciário, com a desburocratização dos atos processuais e a simplificação de procedimentos.

Editora: Atlas

**O ÚLTIMA DIA**

A publicação, do desembargador **Wagner Cinelli** e da jornalista **Mariana Reade**, retrata situações de violência contra a mulher. A obra é uma peça teatral centrada em uma relação abusiva e que traz como personagens principais Luana e Vladimir, casal que desde o namoro vivencia momentos de violência que crescem com o passar do tempo, praticadas por ele contra ela. O livro ressalta a importância de a mulher romper o silêncio e não se culpabilizar. Os autores frisam que a violência de gênero é histórica, estrutural, trágica e urgente.

Editora: Gryphus

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO DIREITO: um guia de como usar os sistemas (ChatGPT, Google Gemini, Claude, Mistral e Bing) na prática jurídica**

A revolução tecnológica provocada pela inteligência artificial e a sua utilização no universo jurídico são os temas do livro dos juízes **Fábio Porto** e **Anderson de Paiva**, do TJ-RJ, e **Valter Shuenquener de Araújo**, do TRF-2. A obra analisa como a IA generativa está sendo usada na área jurídica. Os autores abordam a tecnologia e o Direito na era da Justiça 4.0. Com linguagem acessível e direta, a publicação mostra que dominar sistemas pode agilizar a interpretação de documentos e a redação de petições.

Editora: Revista dos Tribunais

**O DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR: Sob uma Perspectiva Infantojuvenil no Contexto Luso-Brasileiro**

Neste livro, a juíza **Juliane Beyruth** trata do novo paradigma relativo à convivência familiar, conferindo-lhe uma diferente perspectiva, mais próxima aos direitos fundamentais e, por consequência, ao Direito Constitucional, e não apenas ao Direito de Família. A obra visa despertar os operadores do Direito para a temática proposta, de forma consciente e humana, e garantir a convivência familiar à população infantojuvenil.

Editora: Lumen Juris



CONVÊNIOS

Associado, conheça os convênios que a AMAERJ mantém.

Nas instituições conveniadas você tem direito a descontos e promoções.

APROVEITE!





AMAERJ

**ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

[↑ amaerj.org.br](http://amaerj.org.br)

[📷 instagram.com/amaerj](https://www.instagram.com/amaerj)

[📘 facebook.com/AMAERJ](https://www.facebook.com/AMAERJ)

[✉ x.com/amaerj](https://x.com/amaerj)

[📍 threads.net/amaerj](https://www.threads.net/amaerj)